

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

Milena Araguaia de Castro Sá Lima

**Participação e inclusão: um estudo sobre as pautas das mulheres nas
Conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**

Belo Horizonte – MG

2014

Milena Araguaia de Castro Sá Lima

**Participação e inclusão: um estudo sobre as pautas das mulheres nas
Conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**

Monografia apresentada ao Programa Nacional de Formação de Conselheiros, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais.

Orientadora: Uriella Coelho Ribeiro

Belo Horizonte – MG

2014



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901
E-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 7 (sete) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada **“PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE AS PAUTAS DAS MULHERES NAS CONFERÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO”** elaborada por **Milena Araguaia de Castro Sá Lima**.

A Comissão, composta pelos professores Uriella Coelho Ribeiro e Mariah Lança de Queiroz Casséte, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação**, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2014.



Uriella Coelho Ribeiro (IPEA)



Mariah Lança de Queiroz Casséte (UFMG)

AGRADECIMENTOS

Viver essa especialização foi um desafio, em todos os sentidos. Enfrentamento de medos, inseguranças, tempo, disposição. Afastamentos e aproximações. O caminho foi longo e rico. Gratidão eterna:

Vera Azevedo, por me levar ao meu caminho.

Otacílio Teixeira, meu eterno Chefinho, por ser meu exemplo de profissional, comprometimento e por me trazer para o lado de cá dos debates da ruralidade e participação social.

Luisa Carneiro, por estar em minha vida e colaborar com minha construção de ser humano.

Roberto Nascimento, pelo incentivo, pela carta para a UFMG e pelo apoio. Sem isso, eu nem teria começado. Luciene Santos, portadora da carta que tudo permitiu, dona da minha confiança e que, junto com Paula Ramos, se desdobrou em meus afastamentos. Paula Ramos, Paulinha do Céu de Brigadeiro, obrigada por ouvir meus desabafos, pelas caronas corridas para o aeroporto e por compartilhar essa aventura.

Daniel Avelino e Mari Mansur, pelas boas novas! Gratidão!

Antônio Carlos, tutor e incentivador. Certamente, teria abandonado o curso se não fosse seu apoio e incentivo. Gratidão também por ter sido o promotor de meu encontro com a Uriella Ribeiro. Uriella, não tenho palavras para expressar a gratidão pela sua presença constante, atenção, profissionalismo e reflexões. Cresço muito com você.

Analine Specht e João Guilherme, pelo apoio e compreensão nas minhas necessidades de tempo, em especial para meus afastamentos nos encontros presenciais e na fase final da monografia.

Lacerdinha, pelo exemplo e aprendizado em todo o processo de construção da metodologia da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e pelo apoio fraterno em minhas dúvidas. Você é o cara!

Alan Araguaia, Raquel Arruda, Rafael Catão: meus eventuais revisores e sempre amores.

Aos meus pais, minhas irmãs e minha banda: por me fazerem ser quem sou.

Samuel Raposo, meu apoio, meu sonho e minha vida. Viver envolta em compreensão, apoio e amor é a maior dádiva da Terra. Te amo.

Obrigada turma da van, por fazer dos dias em Belo Horizonte mais felizes e profundos.

Obrigada UFMG, por tornar real um desejo antigo.

Obrigada. Sou grata.

LISTA DE SIGLAS

ANATER – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

CEDRS – Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável

CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNDRSS – Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

CON – Comissão Organizadora Nacional da Conferência

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CT – Comissões Temáticas

DPMR – Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA

FASER – Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil

FETRAF-Brasil – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil

GTC – Grupo de Trabalho de Construção da 2ª CNDRSS

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MMTR-NE – Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDBR – Política de Desenvolvimento do Brasil Rural

PL – Projeto de Lei

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDRSS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNPM – Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres

POPMR – Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SUS – Sistema Único de Saúde

RESUMO

O trabalho analisa a ampliação e a efetividade dos instrumentos de inclusão das mulheres e suas pautas nas duas Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável, promovidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Após a descrição dos processos de construção das Conferências, buscou-se compreender em que medida a progressão quantitativa de mulheres e os novos arranjos metodológicos ampliaram sua visibilidade nos documentos finais e se suas proposições dialogavam com a equidade de gênero e pautas dos movimentos sociais rurais. A pesquisa percebeu o processo de ampliação de consciência do CONDRAF relacionada às realidades diferenciadas das mulheres e os espaços de construção da política pública com a criação de instrumental que pudesse colaborar com a efetividade da fala feminina entre as duas edições da Conferência. A análise quantitativa das proposições mostrou a ampliação da porcentagem daquelas relacionadas às mulheres rurais e uma relativa permanência entre a porcentagem de seus temas. A principal demanda delas, nas duas Conferências, desassocia-se do enfoque no trabalho produtivo: elas pedem por maior protagonismo, reconhecimento e participação nos espaços públicos e de decisão.

Palavras-chave: Conferências nacionais. Mulheres rurais. Democracia participativa. Inclusão política.

ABSTRACT

The paper analyzes the expansion and the effectiveness of the instruments of inclusion of women and their agendas in the two National Conferences on Sustainable Rural Development, promoted by the National Council for Sustainable Rural Development. After the description of the Conference building processes, we sought to understand to what extent the quantitative progress of women and the new methodological arrangements increased their visibility in the final documents and if their proposals dialog with gender equality and guidelines of rural social movements. The research realized the process of CONDRAF magnification awareness related to the different realities of women and the construction of spaces of public policy with the creation of instrumental that could contribute to the effectiveness of female speech between the two editions of the Conference. Quantitative analysis of the propositions evidenced the magnification of the percentage of those related to rural women and a relative permanence between the percentages of its themes. Their main demand, in the two Conferences, disassociates from the focus on productive work: they ask for a greater role, recognition and participation in public spaces and decision.

Keywords: National conferences. Rural women. Participatory democracy Political inclusion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. MULHERES RURAIS: SUAS REALIDADES E BANDEIRAS	14
2.1 Mulheres no Condraf.....	16
2.2 Pautas das mulheres.....	17
3. AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO	20
3.1 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	22
3.1.1 Estrutura de realização da 1ª CNDRSS – Documento-base e metodologia	26
3.2 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.....	28
3.2.1 Conferência Setorial de Mulheres Rurais.....	31
3.2.2 Etapa Nacional da 2ª CNDRSS	32
3.3 Análise das propostas organizadas nos documentos finais	34
3.3.1 A composição das propostas.....	36
3.3.1.1 Participação das propostas de mulheres nos documentos finais.....	38
3.3.2 Dos subtemas específicos às mulheres.....	40
4. CONCLUSÃO.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS.....	48

1. INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização do país e o fortalecimento das mobilizações da sociedade civil em busca da integração dos ciclos de políticas públicas delinearam um marco legal da participação social no Brasil. A Constituição Federal de 1988 incentiva a organização institucionalizada da sociedade e estimula a criação de conselhos de políticas públicas.

O processo estava ancorado em argumentos que apostavam na democratização como forma de aproximar o Estado e a sociedade no processo de produção das políticas, ao incluir nos debates as vozes dos diretamente atingidos pelas decisões de governo, aqueles historicamente excluídos, marginalizados ou em situação de vulnerabilidade (ALENCAR et al, 2012). A Constituição reconhece possibilidades ampliadas da participação popular, permitindo aos cidadãos, inclusive, a proposição de projetos de lei.

Para fomentar e instrumentalizar a ampliação da participação desses agentes dentro da concepção contra-hegemônica da democracia, espaços de participação social foram criados/ampliados. Exemplo disso são os Conselhos de Políticas Públicas e as Conferências Nacionais, que possibilitam debates diferenciados a partir da incorporação da diversidade de atores sociais e da reflexão de suas realidades (AVRITZER, 2012).

A efervescência social e política do contexto estimulou a inclusão de beneficiários no fluxo decisório e começou a exigir uma nova postura do Estado e da sociedade. Apesar da dinâmica de ampliação dos espaços da participação popular implicar uma maior inclusão de temáticas e grupos até então ignoradas pelo sistema político, especialmente no nível local (AVRITZER; BOAVENTURA, 2007), o processo de fortalecimento e ampliação da democracia participativa permanece tendo entre seus maiores desafios a incorporação das demandas de grupos, segmentos e temáticas antes ignorados ou pouco visibilizados na arena do debate das políticas públicas (POGREBINSCHI, 2012).

A democratização se mostrou positiva para a ampliação e fortalecimento dos debates das mulheres no espaço político. No ano que antecedeu a nova Constituição, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que influenciou a Carta Magna com elementos diferenciados em relação à percepção das desigualdades de gênero. Foram criados espaços como os conselhos dos direitos das mulheres nos três níveis da Federação e novas questões sobre seus direitos entraram em pauta. O direito à licença-maternidade, os fundamentos legais que garantiriam a criação da Lei Maria da Penha e a revisão do Código Civil também são frutos desse processo.

Além disso, ocorre uma expressiva participação feminina nos espaços de participação ampliada, que contrasta com o baixo número de mulheres presentes nas instituições políticas representativas (RIBEIRO, 2013). Os avanços existem, mas estudos apontam que esses espaços ainda são marcados por desigualdades de gênero, relacionadas aos custos diferenciados para acessar recursos materiais e simbólicos necessários para a atuação política, como, por exemplo: tempo, dinheiro, reconhecimento e respeito (RIBEIRO, 2009; 2013).

Percebendo-se que a neutralidade estatal não existe, cabe ao Estado uma atuação consciente e transversal no sentido de propor políticas ativas promotoras da equidade de gênero, bem como a mobilização/sensibilização dos gestores para essa percepção em suas atividades, modificando padrões sociais ditados pelo patriarcado (BUTTO et al, 2014; FARAH, 2004). O fortalecimento da constituição das mulheres como sujeitos coletivos nos debates do espaço público favorece uma nova intervenção frente ao Estado e amplia canais de debate direto (FARAH, 2004).

No espaço de diálogo entre as demandas sociais e o Estado estão as Conferências Nacionais, objetos de análise deste estudo. Elas são espaços de participação que se consolidam como arenas de debate, construção de consensos e pactos para correção de rumo das políticas públicas, incluindo atores tradicionalmente excluídos dos espaços de atuação política (IPEA, 2013). Estima-se que cerca de 6,5% da população brasileira já participou de Conferências em algum nível (AVRITZER, 2012), colaborando com novos elementos na construção das ações de governo e nas políticas públicas. Os desdobramentos das Conferências podem ser visualizados em diversos níveis, como a criação de Planos Nacionais, a criação e apresentação de Projetos de Lei, o reforço político de demandas represadas, a influência legislativa, o redirecionamento ou ajustes de políticas públicas, entre outros (POGREBINSCHI, 2012; IPEA, 2013).

Dentre as questões estudadas sobre esses espaços de participação, a representação política de grupos sociais minoritários organizados em torno do compartilhamento de uma identidade cultural vem se configurando como cada vez mais relevante. No governo Lula, 22 novas áreas de políticas públicas realizaram Conferências Nacionais. Além da ampliação das áreas tratadas nas Conferências, percebe-se o aumento daquelas destinadas ao diálogo das minorias e, conseqüentemente, o aprimoramento da compreensão sobre esses grupos frente à sociedade e às políticas públicas. No espaço de análise entre os anos de 1998 a 2009, foram

realizadas 80 Conferências Nacionais e 25% delas tratam de temáticas ligadas a grupos minoritários¹ (POGREBINSCHI, 2012).

Neste contexto, já foram realizadas três Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres. A 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM) foi realizada em julho de 2004, envolveu mais de 120 mil mulheres de todo o país e contou, na etapa nacional, com 1.787 delegadas. A segunda edição, em 2007, mobilizou 200 mil mulheres e 2.800 delas participaram da nacional. Na 3ª Conferência, em 2011, foram 200 mil participantes, tendo 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado concreto, cada um dos relatórios finais das três Conferências geraram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM). O Plano em vigência, para o ciclo 2013 a 2015, conta com um Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM.

Para além desses espaços exclusivos para discussão das demandas de mulheres, várias áreas criaram mecanismos para a inclusão de mulheres e de suas agendas. Esse é o caso da área de desenvolvimento rural. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), diante da pressão política dos grupos organizados de mulheres em busca de maior visibilidade para as pautas de equidade de gênero, incluiu em suas duas Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) cotas de participação para mulheres e, na segunda edição, elaborou estratégias de fortalecimento da agenda de gênero.

Diante desse quadro, este trabalho pretende analisar o progresso e a efetividade dos instrumentos de inclusão das mulheres e suas pautas nas duas Conferências, buscando compreender em que medida a progressão quantitativa de mulheres e os novos arranjos metodológicos ampliaram a visibilidade das pautas das mulheres. Para isso, primeiramente, pretendemos compreender se houve uma ampliação da visibilidade das agendas de gênero dentro do espaço da Conferência. Em seguida, buscaremos entender se as proposições finais das mulheres carregam pautas que reforçam a equidade de gênero. A análise se pautará na compreensão da progressão da participação e das metodologias de inclusão entre os dois eventos, apontando assim se as cotas aliadas às metodologias das Conferências foram instrumentos suficientes, eficientes e eficazes de inclusão das mulheres e suas pautas nos documentos finais das duas edições da CNDRSS.

¹ Pogrebinschi (2012) considera como grupos minoritários: idosos; pessoas com deficiência; LGBT; índios; mulheres; crianças e adolescentes; negros e outras minorias raciais, étnicas e religiosas; jovens e brasileiros no exterior.

Neste trabalho, buscaremos olhar para as questões de gênero no âmbito rural, espaço em que a invisibilidade das mulheres é mais explícita e os desafios da inclusão e equidade, mais delicados. Às mulheres cabem tradicionalmente as tarefas reprodutivas do espaço doméstico e do cuidado familiar, restringindo-a ao espaço privado e a um trabalho comumente invisibilizado (SANTANA, 2006). Essa dinâmica coloca o homem como o centro da tomada de decisões por partilhar e sociabilizar no espaço público, instituindo a desigualdade de poder entre o casal. A invisibilidade das atividades femininas se apresenta na percepção de que o trabalho das mulheres atua como residual ou de ajuda aos homens, naturalizando as desigualdades e fomentando a dependência das mulheres (BUTTO; DANTAS, 2011).

Essa realidade, não exclusiva do rural, acarreta o ocultamento das necessidades dessas mulheres e seus contextos de vida são desconsiderados, gerando uma sub-representação política que perpetua o quadro. Percebendo que a democracia participativa também se configura como espaço de formação política, acreditamos que os incentivos à participação das mulheres em espaços como de uma Conferência pode trazer novas abordagens e reflexões que fortalecem o empoderamento das mesmas.

Para atingir os objetivos propostos, esta monografia está organizada em três seções, além desta introdução. Na primeira, está organizada uma breve revisão bibliográfica sobre as realidades das mulheres rurais, dando destaque para movimentos sociais e organizações que lutam pelos direitos delas e suas pautas. Na segunda, está a pesquisa empírica sobre as duas edições da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Nessa seção, são destacadas informações sobre seu processo de realização e a interlocução de suas propostas finais junto às demandas de gênero. Por fim, são tecidas algumas considerações.

2. MULHERES RURAIS: SUAS REALIDADES E BANDEIRAS

Este capítulo apresenta as demandas das organizações de mulheres rurais frente ao governo em seus momentos reivindicatórios. A intenção é delinear as pautas e, posteriormente, compará-las com as proposições dos documentos finais das CNDRSS com abordagem de gênero, oferecendo elementos para o aprofundamento das reflexões sobre a efetividade das cotas e metodologias das Conferências de Desenvolvimento Rural frente ao tema.

Na vivência da ruralidade, a divisão sexual do trabalho e sua consequente hierarquização entre trabalho pesado, trabalho leve e o não trabalho dialogam com a construção patriarcal das atividades atribuídas socialmente a homens e mulheres (PAULILO, 1987; BUTTO et al, 2014; SABATTO, 2009).

O rural, por questões inerentes à sua forma de organização e divisão do trabalho, dialoga de forma diferente com a pauta de gênero frente ao meio urbano. O espaço produtivo e o reprodutivo coexistem no mesmo espaço sem distinções tão claras de onde começa o “trabalho” e o “não trabalho” das tarefas domésticas (BUTTO et al, 2014). Apesar disso, a divisão sexual do trabalho se desenvolve de forma mais estanque, acarretando a invisibilidade do trabalho feminino e, conseqüentemente, não oferecendo às mulheres possibilidades de se constituírem como parte dos processos decisórios de suas comunidades e das instâncias de debate das políticas públicas. Outro ponto a ser visibilizado é o isolamento das mulheres frente aos meios de produção. Na estrutura familiar, os filhos homens tendem a ter seu espaço produtivo, pequenos espaços de produção, enquanto às filhas são oferecidas as tarefas reprodutivas do cuidado com a casa, crianças e idosos.

Ao analisar as relações de gênero e de poder político em três assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) de Sergipe, Santana (2006) percebeu o processo de “naturalização” e desvalorização dos saberes e práticas das mulheres, desdobrando-se em uma desigualdade de oportunidades e assimetria de poder. Segundo a autora, apesar de o trabalho feminino perpassar toda a vida dos assentamentos, seus trabalhos não têm visibilidade. Para ela, esta

é a realidade do cotidiano da maioria das assentadas: a dedicação diária à esfera reprodutiva e a menor participação nos espaços produtivos dos assentamentos, o que minimiza a visibilidade de sua participação e a divisão do poder. Pode-se observar o processo de “naturalização” através da discriminação exclusivamente de cunho sociocultural que acarreta uma desvalorização dos saberes e, por consequência, dos poderes das assentadas. A igualdade de oportunidades pressupõe a partilha de responsabilidades pelos assentados em todas as atividades – aí inclusos o espaço doméstico e sua real importância para a continuidade das relações sociais e produtivas dos assentamentos (SANTANA, 2006, p. 52).

Em outro trabalho sobre a divisão sexual do trabalho e suas diferenças entre o espaço urbano e rural, Di Sabatto (2009) também observa a valorização assimétrica do que se atribui como tarefa feminina e masculina. Ele defende que as atividades associadas aos homens são aquelas geradoras de renda, enquanto as femininas estão em torno da manutenção do núcleo familiar, criando assim mais um elemento da assimetria de poder.

Diante do cenário de desigualdades, observa-se no Brasil o avanço paulatino do discurso da equidade de gênero, incluindo o meio rural. Partindo-se da constatação de que não existem políticas neutras, o Estado tem parcela estruturante na modificação desse cenário. Reconhecer as mulheres como sujeitos de direitos inclui a necessidade de canais de diálogo, qualificação das políticas públicas e a visibilidade dos seus temas, independentemente de sua condição civil (BUTTO et al, 2014).

O ano de 2003 reforça uma nova postura do Governo Federal frente ao debate de gênero. Por meio da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro 2003, foi instituída a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), tendo atuação transversal no governo ao inserir o debate de gênero nas ações do Estado. Seu papel é de:

assessorar diretamente a Presidenta da República, em articulação com os demais Ministérios, na formulação e no desenvolvimento de políticas para as mulheres. Paralelamente, desenvolve campanhas educativas de caráter nacional, assim como projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas (Portal SPM, 2014).

Sua atuação desdobra-se em três linhas principais de ação: (a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas Áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade.

Outro avanço no âmbito governamental é a criação da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais (DPMR), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Seu objetivo é atuar de forma transversal nas políticas públicas do Ministério, fomentando a equidade de gênero no meio rural. Entre suas atribuições está a de coordenar o Comitê Permanente de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Condrap. O Comitê vem qualificando os debates desta pauta no âmbito do Conselho e teve papel determinante para a implementação das cotas nas duas edições da CNDRSS.

Entre suas ações está a ampliação das garantias de acesso das mulheres às ações do Ministério, destacando-se o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que promove mutirões para emitir documentos civis e trabalhistas, permitindo assim o exercício de direitos básicos e o acesso aos programas governamentais. Também vale destacar o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), criado em 2008, desenvolvido em articulação interministerial em prol do fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais. Entre as conquistas das pautas de mulheres, temos hoje a titulação conjunta dos casais beneficiários da Reforma Agrária e o acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf, instrumento de acesso a boa parte dos programas produtivos ligados ao rural. As Chamadas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são um exemplo do aprimoramento da ação de governo frente ao tema. Elas contam com a obrigatoriedade do atendimento de, no mínimo, 30% dos recursos dos editais e devem ser 50% dos beneficiados, criando incentivos para a ampliação do número de mulheres e atuando na prestação de serviço. As atividades coletivas têm a obrigatoriedade de espaços de recreação infantil, ampliando, desse modo, a participação feminina.

2.1 Mulheres no Condraf

Mesmo com a ampliação dos instrumentos de acesso aos programas e políticas públicas, a maior visibilidade da pauta das mulheres rurais e a existência de espaços mais porosos à sua atuação, percebe-se uma baixa representatividade feminina em alguns espaços institucionalizados, como o próprio Condraf.

De acordo com a atual composição dos 86 conselheiros do Condraf (entre titulares, suplentes e eventuais segundos suplentes), apenas 25 são mulheres. Nessa divisão, de 44 representantes governamentais, 15 são mulheres, enquanto que, entre os 42 representantes da sociedade civil, são 10. A porcentagem de mulheres no Pleno do Condraf é de 29,06%, sendo apenas 11,62% como titulares.

Tabela 1 – Composição do Condraf – Número de mulheres

Representação	Total de conselheiros(as) (incluindo suplentes)	Nº de mulheres	%	Nº de mulheres titulares	%
Sociedade civil	44	15	34%	5	11,3%
Poder público	42	10	23%	5	23,8%
Total	86	25	29%	10	11,6%

Fonte: Elaborado pela autora, com base na listagem de conselheiros de julho de 2014.

O Decreto de criação do Condraf (Decreto nº 4.854, de 2003²) estabelece duas representações de mulheres da sociedade civil, exercidas atualmente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag) e pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE). No âmbito do Conselho e em suas instâncias, também se observa que poucos são os movimentos rurais exclusivos de mulheres. Cabe ressaltar aqui a expectativa de que movimentos exclusivos tenham na centralidade de sua agenda a modificação das relações sociais pautadas no gênero e abordagem diferenciada frente aos movimentos que também são compostos por mulheres. No Pleno, há apenas o MMTR-NE, enquanto no Comitê de Mulheres Rurais estão também o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), segundo a atual composição do Condraf e a Resolução nº 80, que institui o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Mulheres Rurais.

No Brasil, boa parte dos movimentos mistos possuem, no mínimo, secretarias, diretorias ou coordenações específicas sobre a temática de gênero. Apesar do avanço e da qualificação do debate vindos dessas iniciativas, é perceptível a subjetividade de nossa cultura, que, por vezes, lê a ausência de mulheres no espaço do debate público mais como uma falta de consciência política do que como situações diferenciadas vividas pelas mulheres. A análise das degravações das reuniões do Condraf aponta que o Comitê de Mulheres é o responsável pela maior parte dos debates relacionados a gênero no Pleno.

2.2 Pautas das mulheres

Apesar da aparente contradição, certamente, a ação hoje de maior visibilidade das mulheres rurais vem das mobilizações de um movimento misto: é a Marcha das Margaridas, coordenada pela Contag, juntamente com suas Federações, Sindicatos e outros movimentos. A Marcha, que teve sua primeira edição no ano 2000, acontece a cada 4 anos e traz para o Governo Federal e o Congresso Nacional “*suas reivindicações revistas e atualizadas, para acompanhamento, diálogo e negociação na perspectiva de avançar na conquista de políticas para as mulheres*” (Pauta de Reivindicações da Jornada 2013). A última edição, realizada em 2011, contou com aproximadamente 70 mil mulheres. Entre uma Marcha e outra, são realizadas as Jornadas das Margaridas, para atualização, reafirmação, acompanhamento e negociação de suas pautas.

² Importante destacar que a composição do Condraf é fixa. Não há mandato para as representações.

O foco das pautas das Margaridas são as questões das mulheres, mas não somente. Itens como regularização fundiária, revisão de índices de produtividade para fins da reforma agrária, fortalecimento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e da agroindustrialização, bem como instrumentos de fortalecimento do SUS, se fazem presentes. Porém, elas apontam preocupações relacionadas diretamente com as relações de gênero no campo. Cito algumas:

- assegurar 30% dos recursos de ATERs para atividades com mulheres, paridade no atendimento, equipes multidisciplinares integradas por técnicas mulheres e adoção de metodologias que favoreçam a construção da autonomia das mulheres;
- ampliar, qualificar e instituir como política pública o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural;
- garantir o atendimento paritário [da ATER] e em condições de igualdade para as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta; 30% dos recursos para atividades específicas de mulheres e a representação das mulheres do campo e da floresta nos espaços de gestão e controle social da Anater;
- assegurar espaços de recreação para as crianças durante as atividades de ATER para as mulheres;
- garantir a ampliação do direito ao salário-maternidade para as trabalhadoras do campo e da floresta para 180 dias;
- reduzir em 100% os índices de mortalidade materna com assistência às mulheres que decidem pela interrupção da gravidez, garantindo, assim, o livre exercício da decisão sobre a maternidade;
- definir a incorporação de um indicador sobre a saúde da mulher do campo e da floresta no sistema de registro e informação no âmbito do SUS, com recorte rural e urbano” (JORNADA DAS MARGARIDAS, 2013).

Já a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf), em sua pauta de 2013, teve muitos pontos comuns com “as Margaridas” no que se refere às questões intimamente ligadas às mulheres rurais. Três itens foram destacados: acesso ao crédito, à assistência técnica e à comercialização. Esse breve recorte mostra que as necessidades das mulheres rurais podem, sim, ter suas interlocuções com as mulheres urbanas, mas existem especificidades em sua condição e as políticas públicas devem atuar no sentido de permiti-las uma vivência produtiva com o mínimo de equidade em relação aos homens, tanto do ponto de vista estrutural quanto de capacitação e recursos orçamentários.

As pautas como um todo refletem a visão do espaço rural como da produção e em torno dela as outras demandas se desdobram. Exemplificamos com a reivindicação do aumento do atendimento da ATER para as mulheres e a exigência de participação feminina nas instâncias da futura Agência Nacional de ATER. Os dois itens mostram a centralidade da questão produtiva e o protagonismo da mulher em seus processos de desenvolvimento.

Prosseguindo a observação das pautas, percebemos que quase todas as reivindicações não produtivistas e que têm as mulheres como protagonistas exclusivas estão sob o viés da maternidade, rede de cuidados com a infância ou o atendimento de saúde. A Marcha das Margaridas aponta, no tópico da saúde, duas dimensões interessantes e deslocadas desse padrão: uma, da criação de indicadores de saúde específicos para as mulheres rurais (compreendendo saúde para além dos aspectos ligados à maternidade) e um item de direito sexual/reprodutivo: o atendimento de saúde respeitoso à mulher que decidiu pela interrupção da gravidez. Apesar de não explicitar a defesa pela descriminalização do aborto, a Marcha encara o tema como questão de saúde pública e de autonomia das mulheres.

A análise permite identificar poucos pontos que realmente incidem sobre outros aspectos da equidade de gênero. Debates sobre mecanismos que promovam a rediscussão das tarefas atribuídas a cada gênero, instalação de equipamentos públicos ou programas que otimizem o tempo das mulheres (restaurante comunitário, transporte escolar, creches, ensino em tempo integral), ampliação do acesso à educação e da participação política são pouco (ou nem são) mencionados.

Há uma hierarquização apontada entre o trabalho de homens e mulheres, tendo sua valoração apontada pelo pretense esforço físico das tarefas masculinas, enquanto a mulher tem a obrigatoriedade das tarefas reprodutivas do núcleo. Esse pensamento binário, enraizado na suposta naturalidade entre as aptidões masculinas e femininas, induz a noções de superioridade do trabalho masculino, o trabalho visível, enquanto as atividades das mulheres são ocultadas (BUTTO et al, 2014). Por isso, destacamos a centralidade das pautas que enfocam o acesso às políticas públicas desenvolvidas para a produção no meio rural, reorganizando a estrutura familiar em torno de projetos produtivos criados/desenvolvidos pelas mulheres. Certamente, um passo importante dentro da lógica familiar na qual a mulher é isolada dos meios de produção.

Diante do cenário traçado, a próxima seção apresentará o estudo empírico sobre as duas edições da Conferência. Nela, serão destacadas informações sobre a organização e as regras do processo e, especialmente, realizado um estudo sobre o conteúdo das propostas selecionadas na etapa nacional para compor o relatório final. Nessa análise, cabe perceber se há convergência entre as pautas traçadas neste capítulo e os documentos finais das duas Conferências e quais fatores podem explicar os resultados alcançados.

3. AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Este capítulo apresentará a pesquisa empírica sobre a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. No primeiro momento, descreveremos o desenho de realização e metodológico da CNDRSS e, ao longo do texto, relacionaremos a Conferência com a categorização elaborada por Souza et al (2013). Mostraremos também o comparativo entre as duas edições da CNDRSS para desvendarmos se ela ofereceu instrumental para ampliar as possibilidades de inclusão da agenda das mulheres.

Observando-se os desenhos institucionais e normativos de realização das Conferências Nacionais, Souza et al (2013) analisaram elementos diferenciadores, classificando-as entre típicas e atípicas. As Conferências típicas caracterizam-se, em geral, pela convocação do Poder Executivo, por meio de ato convocatório que expresse seu objetivo. Os trabalhos efetivos iniciam-se com a composição de Comissão Organizadora responsável pelas ações executivas e normativas da Conferência. Entre suas primeiras tarefas está a elaboração do Regimento Interno que norteará a estrutura e a forma de realização. Geralmente, as Conferências possuem etapas interconectadas: iniciam em plano municipal, passando pelo estado, até o momento nacional. Nesses níveis, são selecionadas as representações, bem como as proposições para as etapas seguintes. Ao final do processo de realização das Conferências, as propostas são organizadas em um documento final. A figura a seguir retrata as etapas das Conferências.

Figura 1 – Fases do processo conferencial



Fonte: Souza et al (2013).

Dentre as 82 Conferências realizadas entre 2003 e 2011, estudadas por Souza et al (2013), 69 possuem todas essas características e foram classificadas como típicas. As 13 demais não possuem uma ou mais dessas características e são definidas como atípicas.

Perceber se uma Conferência se enquadra como típica facilita a percepção de seu modo de funcionamento e a estruturação de seus modelos metodológicos. Assim, recorreremos aos autores para analisar a categorização possível para as Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ambas as CNDRSS se encaixam entre as típicas. Elas foram convocadas pelo Poder Executivo, a partir de Resoluções do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, assinadas por seu presidente, o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário. Os instrumentos convocatórios e/ou os regimentos internos definem os objetivos das Conferências, os quais podem ser classificados como agendamento, avaliação, participação e/ou proposição, como analisado por Souza et al (2013). As CNDRSS objetivaram a proposição de novas diretrizes para o meio rural. A 1ª teve a finalidade de “*formular uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Meio Rural*” (Regimento Interno, Art. 1º). Na segunda, além do levantamento de proposições para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), houve uma ampliação de objetivos, conforme o artigo 6º do Regimento Interno:

Art. 6º – A 2ª CNDRSS tem por objetivo geral a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), materializando as concepções, os princípios e as diretrizes estratégicas da PDBR, e a avaliação de políticas públicas, seus avanços e desafios, com indicação de metas de curto, médio e longo prazos, com projeção até 2030, como afirmação de um projeto político que concebe o rural como componente estratégico do desenvolvimento nacional (REGIMENTO INTERNO DA 2ª CNDRSS, 2013).

Regimentalmente, as CNDRSS tiveram como piso de realização as Conferências Territoriais, diferenciando-se da maioria das Conferências típicas avaliadas por Souza et al (2013), em que a base foi municipal. O Ministério do Desenvolvimento Agrário utiliza o território como estratégia de desenvolvimento de suas ações e políticas públicas, tendo fomentado a articulação entre os municípios com identidades comuns. As Conferências Territoriais elaboraram proposições e definiram seus delegados para as Conferências estaduais e distrital, que, por sua vez, desaguaram nas Conferências Nacionais. Existiu a possibilidade de Conferências eletivas nas duas edições, sendo as livres, temáticas, setoriais, municipais e intermunicipais partindo de mobilizações externas à Comissão Organizadora Nacional (CON).

Esses elementos permitem apontar e enquadrar as CNDRSS como Conferências típicas, oferecendo maior clareza para a visualização dos encadeamentos e linha metodológica que resultou nos produtos finais das duas CNDRSS e serão fundamentais em nossa análise. As duas Conferências, de fato, cumpriram seus objetivos de avaliação e proposição dos documentos finais que subsidiaram os instrumentos propostos: a Política Nacional e o Plano Nacional. Os processos partiram de uma avaliação de conjuntura e ações voltadas para o rural que geraram as proposições.

Cabe ressaltar que, apesar das diversas similaridades apontadas na estrutura geral das duas Conferências, diferenças em seu desenho de realização destacam-se como elementos fundamentais para a efetividade da inclusão das pautas relacionadas a gênero entre as edições e sua influência nos documentos finais, desde a mobilização até a metodologia para definição das propostas. Esses aspectos serão detalhados a seguir.

3.1 1ª CNDRSS

A primeira edição da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS), realizada em 2008, começou a ser discutida ainda em 2001. O então Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), posteriormente denominado Condraf, estava em estruturação junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário³, de criação recente. Inicialmente, o Conselho esteve focado no acompanhamento dos programas que atendiam à Agricultura Familiar. A partir da 6ª Reunião Ordinária, passou a enfatizar seu papel estratégico de debater uma proposta de desenvolvimento rural para o país. O Conselho possuía dois caminhos possíveis para isso: a contratação de uma equipe de especialistas para elaborar um Plano ou um processo de democracia participativa que passaria necessariamente por uma Conferência (MATTEI, 2010). Construiu-se pela segunda via.

O processo de mobilização foi realizado e o calendário definiu que a 1ª Conferência aconteceria em novembro de 2002, após o período eleitoral (quando uma nova linha política acabaria por assumir o Executivo Federal). A Conferência não aconteceu. Não há, nos registros do Condraf, uma explicação oficial dos motivos que inviabilizaram a Conferência no prazo previsto. Mas, seguramente, as mudanças políticas foram algo determinante para sua não realização naquele momento.

³ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em 25 de novembro de 1999, pela Medida Provisória nº 1.911-12.

Com a chegada do governo Lula, um novo contexto se estabelece no agora Condraf. Ele passou por uma reformulação institucional, ainda sem contemplar aspectos da inclusão feminina ou equidade de gênero no Pleno do Conselho. Em julho de 2004, é criado o Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia como o primeiro espaço oficial no Conselho que pudesse apontar as especificidades de gênero, tanto nas políticas públicas do Ministério quanto nos debates do Pleno do Condraf.

A partir de 2005, foi retomada a discussão sobre a realização da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS). Como preparação, foi realizado o Seminário Nacional sobre Desenvolvimento Rural Sustentável, em agosto de 2005. Teve por objetivo debater as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento rural do país e mostrar seu caráter multidimensional⁴. O Seminário apontou para a necessidade da construção de uma Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, tendo como referencial a sustentabilidade e a inclusão social, demarcando assim a agricultura familiar como pauta na agenda de um novo contexto político do país.

O segundo momento foi a realização de uma Plenária Nacional, em março de 2006, que teve como um dos elementos de seu documento-base o resgate dos materiais produzidos em 2002. Das diretrizes estratégicas dessa plenária, foi elaborado o documento-base norteador das etapas territoriais e estaduais da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, que teve como tema “O Brasil Rural que Queremos”, e o objetivo de elaborar as bases para a construção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR).

A Conferência começa a tomar contornos com a primeira proposição do Grupo de Trabalho para preparação da Conferência, apresentada na 28ª Reunião Ordinária (RO) do Condraf, em 5 de junho de 2007. Foi o primeiro esboço de seu planejamento. Entre os itens que compuseram o caráter da Conferência, o grupo apontou como um dos itens “valorizar a diversidade de atores sociais e de gênero”, apesar de, ainda, não apontar algum instrumento que garantisse essa participação.

A 29ª RO, em 29 e 30 de agosto de 2007, é a primeira vez que as cotas de gênero entram em debate no Pleno do Conselho por ocasião da apresentação da primeira versão do Regimento Interno. Segundo a degravação da reunião, a Comissão Organizadora Nacional sugeriu a cota de 30% de participação de mulheres, enquanto o GT de Gênero do Condraf fez a defesa de 50%. Pela falta de consenso, o assunto foi levado à plenária do Conselho. O eixo

⁴ Reconhecimento de que o espaço rural produz, além dos produtos agropecuários, bens imateriais e não mercantis (BONNAL, 2010). O rural passa a ser visto como espaço de vivência social.

do debate foi o de não secundarização da pauta de gênero como algo “menos importante” que outras pautas expressas como norteadoras da Conferência. Vale destacar duas falas da Conselheira Carmem Foro, então representante da Contag:

“(…) considero um equívoco quando se pensa que desenvolvimento é algo muito maior e isso aqui é algo menor [a participação das mulheres], não é algo menor não, é participação política... Todos os parágrafos e artigos desse regimento interno, não relevar alguns porque quando eu trago isso, eu trago pela minha experiência de vida, que alguns parecem ser mais importantes e outros a gente deixa passar e que a gente possa tratar verdadeiramente todos na mesma forma. Por último, eu acho que resgatar a decisão lá da plenária em Porto Alegre, de orientar o que o Condraf aprovou, e não ter o limite máximo, porque a orientação é de ter 50%, agora não ter menos de 30%, garantir a cota mínima, acho que é uma contribuição importante (...). É isso mesmo, nós estamos nos desafiando a mudar a realidade, e mudar a realidade é enfrentar questões que não têm facilidade de enfrentar, porque se fosse para deixar tudo do jeito que está, então nem falávamos desses assuntos, vai ser um desafio. Acho que para a gente que está em organizações, muitos deles nós já vencemos, mas para um espaço político desse aqui, um desafio novo, importante que nos desafia a construir o desenvolvimento com outra perspectiva de olhares também.”

“Me parece que todos os outros critérios, (...), eles acabem sendo observados, e este normalmente tem uma história assim, “mas não tinha mulher, mas não sei o quê”, e esse acaba não sendo observado na íntegra, então, eu quero que a gente amarre bem isso, inclusive coloque lá, eu estou colocando um pouco da nossa vivência mesmo, coloque lá a obrigatoriedade de no mínimo 30%, inclusive que as delegações que não tiverem a cota garantida de no mínimo 30% possam não ser credenciadas, ou faça como nós fazemos lá na Contag, que reduz a delegação até chegar a 30% e isso que eu quero complementar. Me parece que depois essas coisas ficam no papel, chega aqui, credencia, e não tem nenhum critério que amarre, e aí fica por isso mesmo” (CARMEM FORO – DEGRAVAÇÃO DA 29ª RO DO CONDRAF).

Houve a percepção, em parte das falas, de que não basta garantir a presença das mulheres na Conferência, o debate de suas pautas também deve ser preocupação da CON. O então Secretario Executivo do Conselho, Humberto Oliveira, afirmou que “tão importante quanto garantir a presença das mulheres é o debate sobre a questão das mulheres”.

Um convidado chegou a defender a inexistência das cotas para o público com a intenção de não prejudicar a participação das delegações. Mas, por fim, foi aprovado o documento da Conferência com cota mínima obrigatória de 30% de mulheres delegadas e com estímulo para a paridade de gênero. Para garantir o cumprimento da regra, foi acordado que os homens “excedentes” do limite estabelecido pela cota seriam credenciados como convidados ou observadores, e não mais como delegados. Regimentalmente, os delegados têm direito a voz e voto; convidados, somente a voz, e os observadores não têm poder de intervenção. Restou acordado também que a regra valeria desde as Conferências Territoriais, trazendo equilíbrio em todo o processo e evitando conflitos na etapa nacional. O Regimento Interno da Conferência foi aprovado com a seguinte redação:

Art. 9º – Na eleição dos(as) delegados(as) estaduais, recomenda-se a paridade entre homens e mulheres, sendo obrigatório observar a cota de, no mínimo, 30% de mulheres (REGIMENTO INTERNO DA 1ª CNDRSS).

Sabedoras das dificuldades de mobilização, e a fim de estimular a participação qualificada das mulheres rurais na Conferência, o GT de Gênero do Comitê Permanente de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia⁵ definiu duas estratégias: a Campanha Nacional Brasil Rural com Igualdade para as Mulheres Rurais e o Seminário Setorial Nacional de Mulheres.

A Campanha Nacional Brasil Rural com Igualdade para as Mulheres Rurais foi lançada em dezembro de 2007 e teve como intento divulgar, mobilizar e preparar a participação das mulheres na Conferência.

Já o Seminário Setorial Nacional de Mulheres constou como etapa preparatória da Conferência. Foi realizado entre os dias 24 e 25 de janeiro de 2008, tendo como objetivos:

- divulgar a I CNDRS junto às trabalhadoras rurais e suas organizações;
- estimular o debate sobre ampliação da participação e o controle social das mulheres nas políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável;
- promover a qualificação da participação das mulheres por meio de debates sobre os conteúdos da Conferência, incluindo as políticas para as mulheres (PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO SETORIAL NACIONAL DE MULHERES, PPIGRE, 2007).

O Seminário contou com a participação de 87 mulheres, de 21 órgãos/entidades distintas. As proposições aprovadas por elas foram encaminhadas para incorporação ao documento da etapa nacional da Conferência.

3.1.1 Estrutura de realização da 1ª CNDRSS – Documento-base e metodologia

O documento-base, elaborado sob a coordenação da CON da 1ª CNDRSS, possuiu 139 proposições. Sua estrutura é dividida em duas grandes partes: uma de análise de conjuntura e afirmação do modelo de desenvolvimento norteador para construção do Plano; a outra teve enfoque propositivo, elencando as propostas frente a cada eixo. Essa é sua divisão:

- Introdução
- O Brasil Rural que temos
- O Brasil Rural que queremos

⁵ Criado em julho de 2004. Com a Resolução Condraf nº 80/2011, passou a ser o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Mulheres Rurais.

- Orientações Estratégicas
- Eixos Estratégicos
 - Eixo 1 – Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental
 - Eixo 2 – Reforma Agrária e Acesso aos Recursos Ambientais
 - Eixo 3 – Qualidade de Vida no Brasil Rural
 - Eixo 4 – Participação Política e Organização Social

A característica do documento-base é oferecer aos participantes um texto já pronto, com possibilidades de modificações e adequações de acordo com as compreensões locais. Ele foi enviado para a primeira etapa das Conferências, sofreu modificações, a CON sistematizou os resultados, elaborou um novo documento (documento estadual) para utilização nas etapas estaduais e distrital e, por fim, após nova rodada de sistematização, um terceiro documento foi criado para uso na Conferência Nacional.

Todo o processo conferencial teve como etapas: as preparatórias, com as Conferências Municipais, Intermunicipais, Territoriais e Eventos Setoriais e Temáticos (entre 1º de novembro de 2007 a 30 de janeiro de 2008), as Conferências Estaduais (entre 15 de março e 30 de abril de 2008), até a Conferência Nacional, entre 25 e 28 de junho de 2008.

A 1ª CNDRSS, na etapa nacional, teve a duração de 4 dias. Sua estrutura contemplou momentos de Painel, Comissões Temáticas e Plenária. O documento nacional, com a compilação das proposições das etapas preparatórias, teve 180 propostas. Participaram 1.572 pessoas, sendo 1.220 delegados(as) da sociedade civil e do poder público (federal, estadual e municipal), 115 observadores(as) e 237 convidados(as) nacionais e internacionais. O total de delegados e delegadas eleitos nos estados foi de 1.207 pessoas, sendo 699 homens e 508 mulheres, representando 42% do total. A mobilização conseguiu superar a cota de 30% de mulheres e esteve próxima de alcançar a estimulada paridade. Apesar da surpresa numérica vinda da Conferência Nacional, nenhum mecanismo metodológico foi pensado de forma a equalizar a vocalização das mulheres frente às outras pautas do documento-base.

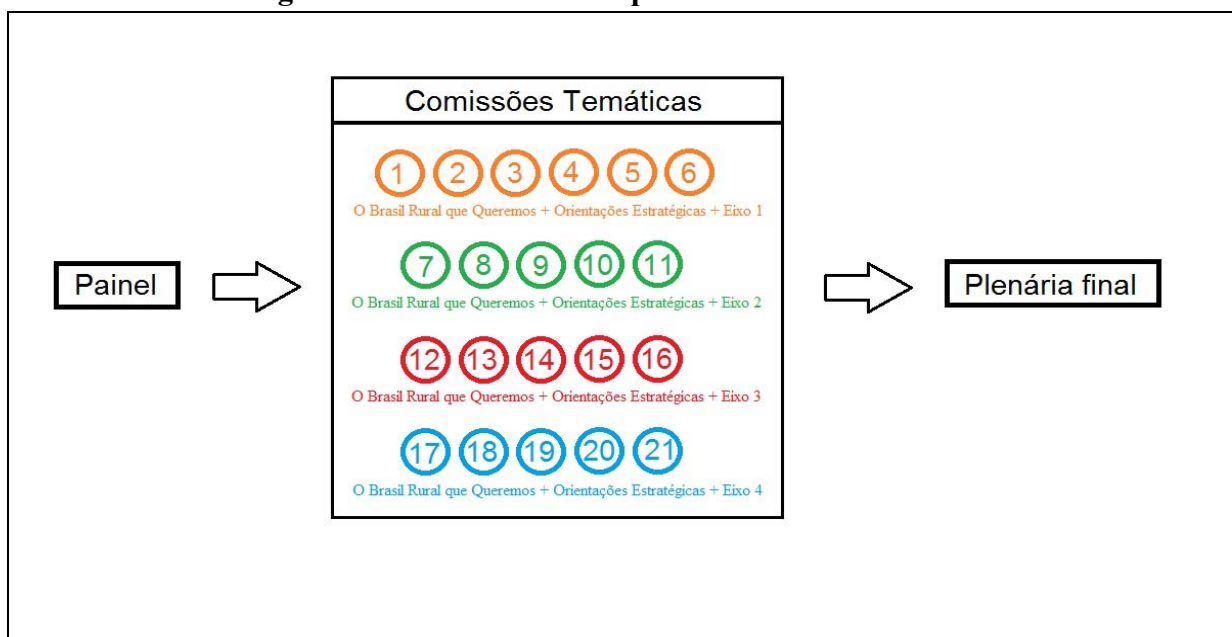
O painel “O Brasil Rural que Queremos” debateu as perspectivas e os desafios para o desenvolvimento rural sustentável e situou os participantes sobre o cenário em debate do Brasil Rural. Para o debate e proposição na parte do documento do Brasil Rural que Queremos, foram compostas 21 Comissões Temáticas (CT). Seus trabalhos foram divididos em dois momentos, de acordo com o Regulamento. Na primeira sessão, as Comissões debateram a Parte I – O Brasil Rural que Temos; já na segunda sessão, foi debatida a Parte II – O Brasil Rural que Queremos, com a divisão pelos Eixos, sendo:

a) CT 1 a 6 – O Brasil Rural que Queremos + Orientações Estratégicas + Eixo 1;

- b) CT 7 a 11 – O Brasil Rural que Queremos + Orientações Estratégicas + Eixo 2;
- c) CT 12 a 16 – O Brasil Rural que Queremos + Orientações Estratégicas + Eixo 3;
- d) CT 17 a 21 – O Brasil Rural que Queremos + Orientações Estratégicas + Eixo 4.

Nessas Comissões, as propostas foram submetidas à análise, discussão e deliberação, permitindo aos participantes proposições aditivas, supressivas (totais ou parciais) ou substitutivas. Cada Comissão Temática poderia apresentar **uma** proposta de inclusão de novo parágrafo de temas não contemplados no restante do documento e se aprovado por, ao menos, 2/3 (dois terços) dos(as) delegados(as) presentes. No plenário, as aprovações funcionaram por maioria simples.

Figura 2 – Estrutura da Etapa Nacional da 1ª CNDRSS



Fonte: Elaboração da autora.

No cerne das Conferências Nacionais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário havia a intencionalidade de apontar o espaço rural como território multifuncional, além de vocações produtivas, incluindo realidades de socialização e vida. Procurava-se fortalecer o debate de que o espaço rural pode ser espaço de vida para as pessoas. O temário “Por um Brasil Rural com Gente: Sustentabilidade, Inclusão, Diversidade, Igualdade e Solidariedade”, da 1ª CNDRSS, nasce da perspectiva da necessidade de um olhar governamental e social garantidor de políticas públicas que vão além da agricultura, pecuária e extrativismo. Esse debate dialoga com um modelo de desenvolvimento para a ruralidade e entende-se que:

Para tanto, é necessário o desencadeamento de um amplo processo de discussão plural e democrático, que possibilite o aprofundamento de uma estratégia de um modelo de desenvolvimento em bases sustentáveis e solidárias, valorizando o papel do mundo rural no desenvolvimento do país (MANUAL DE ORIENTAÇÕES DA 1ª CNDRSS).

Ao final, a 1ª Conferência Nacional gerou um documento final com 213 propostas, incluindo “O Brasil Rural que Temos” e o “Brasil Rural que Queremos”. Essas proposições trouxeram os elementos para a construção da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDDBR), publicada pela Resolução Condraf nº 75, de 28 de abril de 2010.

3.2 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

Em dezembro de 2011, por ocasião da 48ª Reunião Ordinária Ampliada do Condraf, foi aprovada a realização da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, com o objetivo de propor um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural. As proposições aprovadas na 1ª CNDRSS ofereceram as bases para a elaboração da Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDDBR); a 2ª teve o objetivo de avançar nesse caminho, trazendo os debates para a formulação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural contendo metas e estratégias de curto, médio e longo prazo.

Durante todo o ano de 2012, a construção da 2ª Conferência foi debatida. Foi criado o Grupo de Trabalho de Construção da 2ª CNDRSS (GTC) que, a cada reunião, apresentava ao Pleno os encaminhamentos e desafios para a elaboração das bases da Conferência. Seu “molde” foi pensado de forma inovadora: a Conferência não utilizou um documento-base⁶ e sim um documento de referência que orientou os debates para, posteriormente, os participantes elaborarem suas proposições de forma mais livre. Esse desenho impôs desafios metodológicos para a viabilização da pluralidade de proposições, bem como para sua sistematização.

Em dezembro de 2012, na 52ª Reunião Ordinária, o tema da cota chegou ao Plenário. O Grupo de Trabalho de Construção da Conferência apresentou como proposta cota de 30% para a participação de mulheres. A representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) foi a primeira a apontar sua insatisfação com os 30%. O Comitê de Mulheres defendeu novamente a proposta da paridade de gênero e lembrou que as mulheres tiveram uma participação de mais de 40% na primeira CNDRSS, portanto, fixar a participação em 30% seria um retrocesso. A defesa da paridade de gênero se solidificou e a proposta foi aprovada pelo Plenário.

⁶ O documento-base contém propostas já formuladas nas quais os participantes das Conferências interferem diretamente criando emendas aditivas, supressivas ou substitutivas.

O Regimento Interno foi aprovado pelo Plenário, em março de 2013, incluindo a seguinte redação:

Art. 13 – Nas delegações eleitas nas Conferências Territoriais, Intermunicipais, Setoriais e Estaduais, deverão ser garantidas a paridade de gênero e a cota mínima de 20% de jovens.

Parágrafo Único. As delegações somente terão os/as delegados/as credenciados/as nas Conferências na medida em que for cumprido o que disciplinam os arts. 12 e 13 deste Regimento Interno (REGIMENTO INTERNO DA 2ª CNDRSS).

O Regimento traz ainda, para além da cota, outros itens que, aliados às deliberações do GTC e do Condraf, construíram mecanismos para evitar o isolamento das pautas específicas das mulheres rurais, da juventude e dos povos e comunidades tradicionais.

Para a 2ª CNDRSS, o Regimento Interno definiu sete eixos de debate:

- **Eixo 1** – Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental do Brasil Rural e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia;
- **Eixo 2** – Reforma Agrária e Democratização do Acesso à Terra e aos Recursos Naturais;
- **Eixo 3** – Abordagem Territorial como Estratégia de Desenvolvimento Rural e Promoção da Qualidade de Vida;
- **Eixo 4** – Gestão e Participação Social;
- **Eixo 5** – Autonomia das Mulheres Rurais;
- **Eixo 6** – Autonomia e Emancipação da Juventude Rural;
- **Eixo 7** – Promoção do Etnodesenvolvimento.

Um consenso construído no decorrer da preparação da Conferência foi o de que os eixos 5, 6 e 7 não deveriam ficar segregados dos demais, e passaram a ser transversais. Em toda a metodologia de debate da Conferência, em todas as suas etapas, os participantes foram divididos em 4 grupos que discutiam os 4 primeiros eixos e, adicionalmente, as questões dos eixos transversais em cada um deles, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Divisão dos grupos pelos eixos na 2ª CNDRSS

Grupos	Eixos Gerais	Eixos Transversais
1	Eixo 1: Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental do Brasil Rural e Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia	Eixo 5: Autonomia das Mulheres Rurais
		Eixo 6: Autonomia e Emancipação da Juventude Rural
		Eixo 7: Promoção do Etnodesenvolvimento
2	Eixo 2: Reforma Agrária e Democratização do Acesso à Terra e aos Recursos Naturais	Eixo 5: Autonomia das Mulheres Rurais
		Eixo 6: Autonomia e Emancipação da Juventude Rural
		Eixo 7: Promoção do Etnodesenvolvimento
3	Eixo 3: Abordagem Territorial como Estratégia de Desenvolvimento Rural e Promoção da Qualidade de Vida	Eixo 5: Autonomia das Mulheres Rurais
		Eixo 6: Autonomia e Emancipação da Juventude Rural
		Eixo 7: Promoção do Etnodesenvolvimento
4	Eixo 4: Gestão e Participação Social	Eixo 5: Autonomia das Mulheres Rurais
		Eixo 6: Autonomia e Emancipação da Juventude Rural
		Eixo 7: Promoção do Etnodesenvolvimento

Fonte: Manual de Orientações da 2ª CNDRSS.

Como já mencionado, a 2ª CNDRSS contou com dois documentos orientadores da metodologia que também referenciaram as proposições: o Documento Referência e o Roteiro Orientador. Segundo o Manual de Orientações da 2ª CNDRSS, o Documento de Referência conta com a “apresentação dos objetivos da Conferência, dos conceitos de desenvolvimento, dos eixos temáticos e respectivas políticas, com indicação de avanços e desafios” (p. 6). Teve como papel situar o participante conceitualmente, apontar dados da conjuntura e estimular as proposições. Já o Roteiro Orientador apontou para a organização do debate no sentido de desdobrar as reflexões do documento de referência, oferecendo temas para debate no intuito de gerar provocações, reflexões e propostas por parte dos participantes da Conferência. Eles constam no Anexo A. O documento de referência foi dividido da seguinte forma:

- Objetivos da 2ª CNDRSS
- Diálogo em torno de conceitos e princípios
- Visão de futuro para o rural brasileiro
- Planejamento do Brasil Rural com Gente
 - Contexto e condicionantes da 2ª CNDRSS
 - Eixos temáticos
 - Eixo 1: Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental do Brasil Rural e Fortalecimento da Agricultura Familiar e Agroecologia
 - Eixo 2: Reforma Agrária e Democratização do Acesso à Terra e aos Recursos Naturais e Agroecologia
 - Eixo 3: Abordagem Territorial como Estratégia de Desenvolvimento Rural e Promoção da Qualidade de Vida
 - Eixo 4: Gestão e Participação Social
 - *Eixo 5: Autonomia das Mulheres*
 - *Eixo 6: Autonomia e Emancipação da Juventude Rural*
 - *Eixo 7: Promoção do Etnodesenvolvimento*

Como já mencionado, a opção metodológica da Comissão Organizadora Nacional foi por trabalhar os três últimos eixos de forma transversal e não segmentada, inserindo assim os debates de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais de forma contextualizada frente aos outros quatro eixos. A intencionalidade foi forçar todos os grupos, segmentos e representações envolvidas na Conferência a terem o olhar para as realidades/necessidades desses três grupos.

Com a utilização desses dois documentos e a ausência de um documento-base, limitador do número de propostas a serem trabalhadas, coube à Comissão de Metodologia da Conferência estabelecer critérios e limites para a definição de quais questões passariam para cada próxima etapa conferencial, com volume de informações possíveis de serem sistematizadas, sendo:

- propostas de âmbito local ali permaneceriam servindo de elemento para qualificação de instrumentos e planos locais de desenvolvimento;

- no máximo 40 propostas seguiriam para a próxima etapa;
- destas, obrigatoriamente, deveriam existir ao menos 3 propostas originárias de cada um dos 7 eixos de debate.

Dessa forma, necessariamente, surgiriam propostas de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais em todas as fases da Conferência.

Em cada nível da Conferência, territorial ou estadual, até quarenta proposições do total deveriam ser encaminhadas à próxima etapa. Constou como item obrigatório no Roteiro Orientador da Conferência que deveria ser assegurado o mínimo de três propostas por eixo, em cada grupo.

Para buscar a efetividade da participação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário viabilizou a contratação de mobilizadores regionais para atuarem nos estados incentivando a organização das Conferências, apoiando as Comissões Organizadoras Estaduais e fazendo a interlocução com a equipe de Brasília. Todos os estados tiveram o apoio de um mobilizador e uma mobilizadora que, entre suas atribuições, deveriam colaborar com o envolvimento de mais mulheres nas Conferências.

3.2.1 Conferência Setorial de Mulheres Rurais

A Conferência Setorial aconteceu nos dias 2 e 3 de junho de 2013, antes das Conferências Estaduais, permitindo assim que suas propostas servissem como subsídio aos debates nos estados. Dela foram retiradas 10 propostas relacionadas aos 4 eixos específicos. A Conferência teve como objetivo discutir e apresentar alternativas para o fortalecimento das políticas públicas e da participação das mulheres no PNDRSS. Reuniu mais de 122 mulheres representantes de trabalhadoras rurais e gestoras públicas, sendo que 20% eram jovens de até 25 anos, funcionando também como instrumento de mobilização para a efetivação da paridade de gênero na Conferência Nacional, segundo o Relatório de sua Comissão Organizadora.

Na tarde que antecedeu a abertura da Conferência Nacional, foi realizada uma Plenária com as delegadas eleitas, na qual foram debatidas as propostas a serem defendidas durante a Conferência, bem como traçadas estratégias de atuação.

Todos esses mecanismos e atividades certamente impactaram quantitativamente no número de mulheres participantes da 2ª Conferência. Segundo informe da equipe de mobilização, datado do início de outubro e antecedendo a etapa nacional, atividades com mulheres rurais (Conferências Setoriais, Plenárias e/ou Reuniões) reuniram aproximadamente

1.500 participantes. Resta agora a análise dos impactos efetivos dessas mudanças metodológicas/estratégicas frente às proposições finais da 2ª CNDRSS.

3.2.2 Etapa Nacional da 2ª CNDRSS

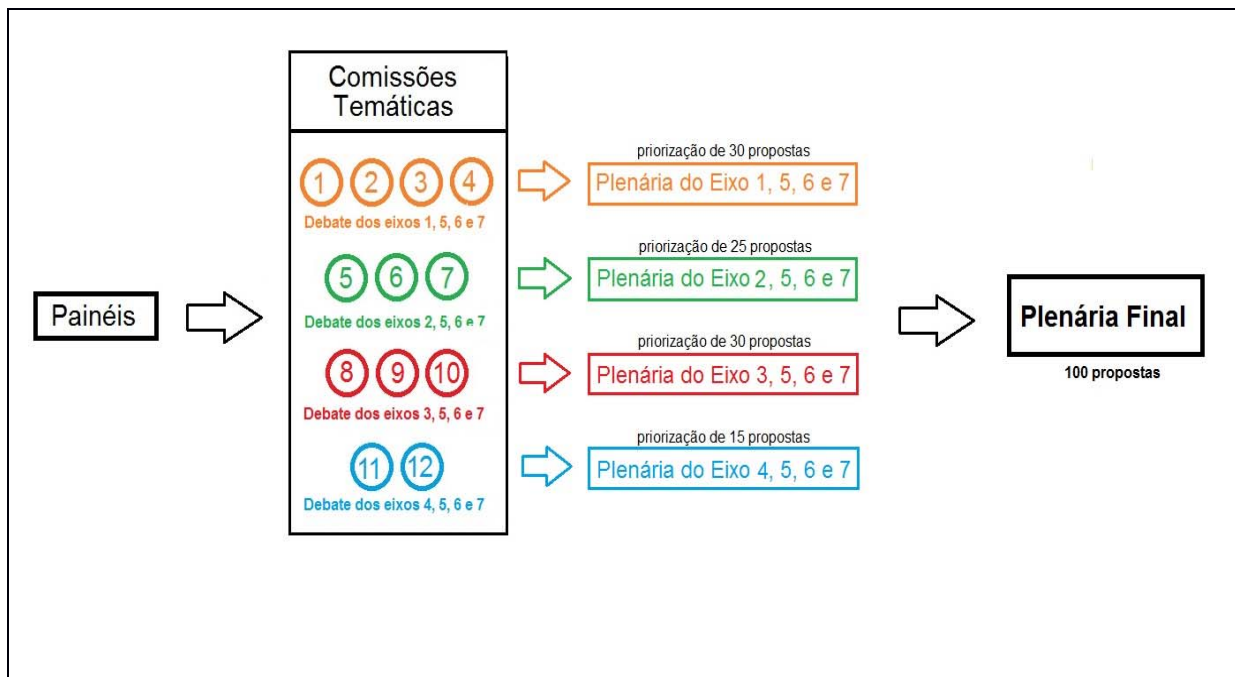
Os normativos da 2ª Conferência estabeleceram um limite de 100 propostas como resoluções da etapa Nacional para subsídios à construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Esse limite impactou na programação do evento. Além dos painéis, os participantes tiveram outros 3 momentos: Comissões Temáticas, Plenárias de Eixo e Plenária, todos com caráter deliberativo. Seguindo as necessidades dadas pelas suas inovações metodológicas, foi inserida a Plenária de Eixo no fluxo das proposições. Nelas, as proposições das Comissões Temáticas passaram por priorização antes de seguirem para a Plenária Final.

Os delegados e delegadas foram divididos em doze Comissões Temáticas, que subdividiram os temas apontados nos Eixos. Para o Eixo 1, foram feitas quatro Comissões Temáticas; os Eixos 2 e 3 tiveram três Comissões cada e o Eixo 4, duas. A aparente desigualdade numérica entre as Comissões Temáticas e os Eixos justifica-se pelo número de propostas vindas para o Documento Nacional. Na etapa seguinte, as Comissões Temáticas de cada Eixo se reuniram nas Plenárias de Eixo para análise, qualificação e priorização das propostas vindas das Comissões. Foi estabelecido o número de proposições a serem priorizadas em cada Plenária de Eixo, sendo:

- Plenária do Eixo 1, 5, 6 e 7 = 30 propostas;
- Plenária do Eixo 2, 5, 6 e 7 = 25 propostas;
- Plenária do Eixo 3, 5, 6 e 7 = 30 propostas;
- Plenária do Eixo 4, 5, 6 e 7 = 15 propostas.

Necessariamente, em cada Plenária de Eixo, deveriam ser priorizadas, no mínimo, 2 (duas) propostas para cada um dos Eixos 5, 6 e 7. Daí então as propostas seguiram para a Plenária Final, onde seriam compartilhadas, analisadas e qualificadas. Na Plenária Final, por fim, as 100 propostas foram aprovadas por aclamação.

Figura 3 – Estrutura da 2ª CNDRSS – Conferência Nacional



Fonte: Elaboração da autora.

As 100 propostas resultantes da Conferência foram trabalhadas, posteriormente, por um subgrupo do Condraf para a elaboração do PNDRSS, aprovado no primeiro semestre deste ano.

Como instrumento de comparação entre as edições das CNDRSS, segue um quadro-resumo com as mudanças e avanços entre ambas. Nele, incorporamos desde questões da participação quanto da metodologia, buscando apontar, de forma rápida, as diferenciações, especialmente as relacionadas à abordagem de gênero.

Quadro 2 – Comparativo entre as duas CNDRSS

	1ª CNDRSS	2ª CNDRSS
Documento norteador	Documento-base – intervenção em texto prévio	Documento de referência – orientador do debate
Forma de elaboração das propostas	Proposições em intervenção direta no documento-base	Proposições livres, tendo como referência o documento de referência
Eixos	Quatro eixos de debate, sem inclusão de um específico sobre gênero	Quatro eixos específicos de debate, mais três transversais, sendo um de gênero
Metodologia para garantir propostas de mulheres	Sem metodologia que garantisse propostas relacionadas a gênero	Obrigatoriedade de, no mínimo, duas propostas relacionadas a gênero em cada um dos eixos do debate
Cota de mulheres	Cota de 30% para mulheres, com recomendação de paridade	Cota de 50% de mulheres
Destques na mobilização	Debateu a participação de mulheres, mas sem uma ação concreta para além da DPMR	Contratação de equipe de mobilização com duas pessoas por estado, sendo uma mulher com o papel de fortalecer a mobilização e os debates de gênero nas etapas preparatórias
Etapas setoriais	Conferência Prévia Exclusiva de Mulheres (Conferência Setorial)	Conferência Prévia Exclusiva de Mulheres (Conferência Setorial)
		Incentivo a Conferências Estaduais de Mulheres
Objetivo	Finalidade de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável	Construção de Planos de Desenvolvimento Rural Sustentável em cada nível de realização (Territórios, Estados, DF e Nacional)
Participantes	233 eventos com a presença de 21.615 pessoas	451 eventos com a participação de 42.835 pessoas
Composição das delegações	2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público	2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público
Participantes na Nacional	1.556 pessoas, sendo 1.207 delegados	1.661 pessoas, sendo 998 delegados
Mulheres participantes na Nacional	508 delegadas (42%)	483 delegadas (48,4%)
Eixos específicos para mulheres, jovens e PCT	Não existe	Existiram e foram transversalizados

Fonte: Elaboração da autora, utilizando os documentos oficiais das duas CNDRSS.

3.3 Análise das propostas organizadas nos documentos finais

Para avaliarmos os avanços em termos quantitativos das propostas entre as edições da CNDRSS, primeiramente, classificamos seus itens em uma planilha na tentativa de adotar parâmetros para a observação da segmentação temática. Algumas questões precisam ser pontuadas de forma a esclarecer o método para essa classificação.

O documento final da 1ª CNDRSS, conforme exposto, teve toda a parte do “Brasil Rural que Queremos” submetido aos delegados e delegadas, incluindo as orientações e eixos estratégicos. Compreendendo que as proposições presentes nessas partes iniciais mais manifestam uma afirmação política do modelo de desenvolvimento defendido pelo Condraf do que proposições propriamente ditas, não as consideramos nesta análise. Avaliamos somente os itens constantes dos 4 eixos. Todas as propostas que contavam com subitens foram divididas e passaram a ter numeração própria, aumentando o quantitativo de itens avaliados.

Por fim, buscamos criar grupos amplos, porém diversificados, dentro das pluralidades do rural. Sete foram as categorias definidas e, no Anexo B, constam as temáticas norteadoras da classificação.

1. Produtivistas e geração de renda: a categoria busca expressar as proposições vinculadas ao aspecto de produção do rural. Nela estão contempladas as abordagens relacionadas aos processos de organização produtiva, indo desde capacitações até instrumentos de comercialização. A ATER, tema sempre em destaque na agricultura familiar, está aqui inclusa, bem como itens sobre renda não agrícola, por exemplo, o turismo rural e o artesanato.

2. Agrária: itens ligados à questão do acesso à terra. Desde a reforma agrária, passando pelo limite de tamanho da propriedade, até chegar ao reconhecimento de territórios de povos e comunidades tradicionais;

3. Participação social, fortalecimento institucional e democracia participativa: propostas que atuem no sentido de uma maior interlocução social junto ao poder público, mecanismos de participação e organização social;

4. Oferta de serviços públicos e assistência social: itens ligados aos equipamentos públicos e direitos sociais;

5. Educação: em todas as fases e modalidades;

6. Soberania, biodiversidade e recursos naturais: demandas ligadas à biossegurança; soberania quanto ao território, material biológico e saberes, e ao meio ambiente;

7. Multidimensionalidade: propostas que expõem um rural de vivência social, englobando aspectos de lazer, cultura e inclusão digital.

Após essa primeira divisão, as propostas foram revistas. Caso alguma se referisse a pautas de mulheres, passaria para uma segunda categorização, com os seguintes subitens:

- Saúde, direitos sexuais e reprodutivos;
- Violência contra a mulher;
- Divisão sexual do trabalho;
- Licença-maternidade;
- Autonomia econômica e de renda;
- Protagonismo social e participação;
- Incorporação de temas transversais.

Destacamos que os itens marcados como “*Incorporação de temas transversais*” abarcam propostas que mencionam a questão de gênero mas não dão visibilidade para formas reais de mudanças nas estruturas de inserção das mulheres. Na maioria dos casos, as mulheres surgem nessas propostas como enumeração ou uma preocupação marginal. Um exemplo ilustrativo poderia ser “promovendo assistência técnica para todos, inclusive mulheres, indígenas e quilombolas, de maneira equânime aos demais”.

Após exposição dos parâmetros da análise, cabe avaliarmos:

1. O comparativo entre o número de propostas que se referem às demandas de mulheres frente aos documentos finais, trazendo elementos para demonstrar o avanço (ou não) das pautas entre as edições;
2. A subdivisão entre as propostas voltadas para mulheres e aquelas que classificamos como incorporação de temas transversais por entendermos que estas secundarizam a pauta;
3. O número de propostas de mulheres dentro de cada categorização, com a avaliação de quais temáticas despontam como prioritárias para as rurais;
4. Uma breve análise comparativa junto às pautas dos movimentos sociais apresentadas anteriormente.

3.3.1 A composição das propostas

Com a renumeração das propostas, a 1ª CNDRSS teve 220 deliberações e a 2ª CNDRSS, 259. A categorização não deixa margem para dúvidas quanto à priorização de proposições ligadas ao aspecto produtivo, tanto na análise da quantidade de itens por Eixos quanto na já mencionada divisão por categorias. Nas duas edições, o Eixo 1 do relatório final, que trata do desenvolvimento socioeconômico, intimamente marcado pelo tema da produção e geração de renda, foi o que concentrou o maior número de propostas.

Com o olhar voltado novamente para os Eixos das propostas, vemos uma grande ampliação numérica nas proposições do Eixo 3, relacionado à qualidade de vida no meio rural. De acordo com a tabela 2, a temática mais que duplicou, mas essa mudança,

aparentemente, não impactou em mudanças significativas no conjunto das categorias, conforme veremos a seguir.

Tabela 2 – Propostas nas CNDRSS por eixos nos relatórios finais

	Propostas 1ª CNDRSS		Propostas 2ª CNDRSS	
	N	%	N	%
Eixo 1	94	42,7%	93	35,9%
Eixo 2	54	24,5%	62	23,9%
Eixo 3	37	16,8%	89	34,3%
Eixo 4	35	15,9%	15	5,7%
Totais	220	100%	259	100%

Fonte: Elaboração da autora.

Quando avaliamos os resultados partindo das categorias analíticas criadas para esta pesquisa, percebemos a tendência de concentração de itens relacionados à organização produtiva. Nas duas CNDRSS, essa categoria equivale a aproximadamente 40% das proposições totais.

O comparativo percentual entre os documentos finais aponta para poucas diferenças, quando se trata da priorização. A proporção de cada categoria frente ao todo não teve significativas modificações, exceto a de educação, que saltou de 3 para 10% do universo das propostas, e a de soberania, biodiversidade e recursos naturais, que caiu para menos que a metade.

Tabela 3 – Propostas nas CNDRSS por categorização

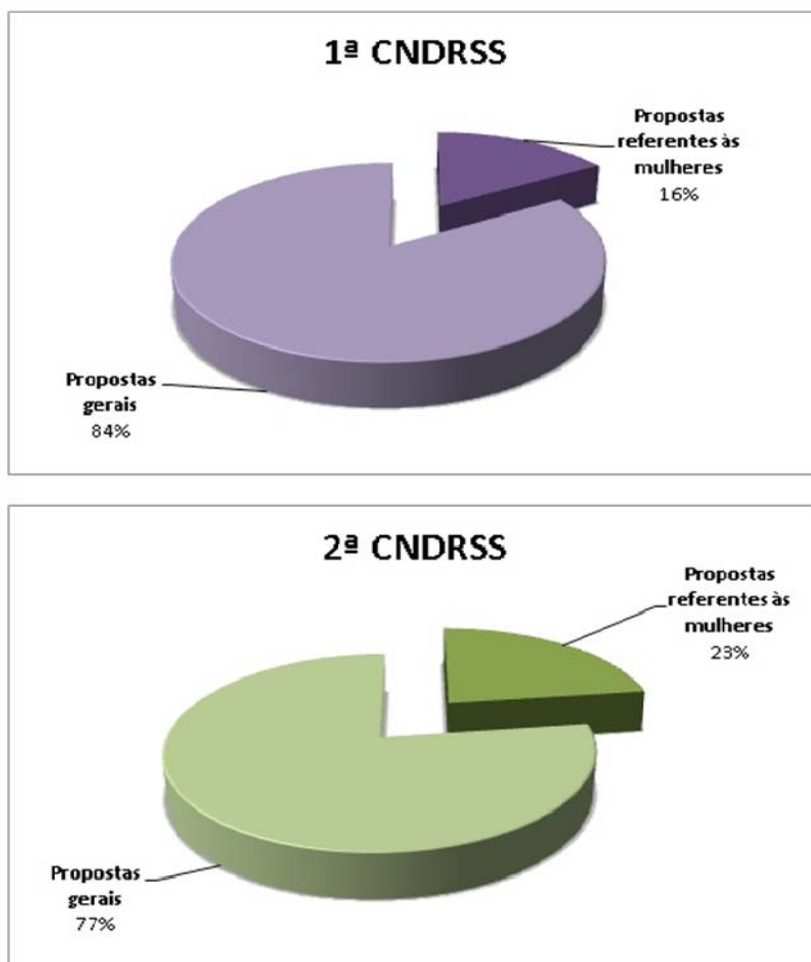
Categorias	1ª CNDRSS	2ª CNDRSS
Agrária	15,9%	12,7%
Educação	3,1%	10,4%
Multidimensionalidade	3,1%	3%
Oferta de serviços públicos e assistência social	11,3%	13,8%
Participação social, fortalecimento institucional e democracia participativa	12,7%	10,4%
Produtivistas e geração de renda	40,4%	41,3%
Soberania, biodiversidade e recursos naturais	11,3%	5%
Vários	1,8%	3,4%
Propostas totais (quantitativo)	220	259

Fonte: Elaboração da autora.

3.3.1.1 Participação das propostas de mulheres nos documentos finais

Nesta seção, também analisaremos as propostas que tratam dos temas relacionados às mulheres. A análise permite observar que, na 1ª CNDRSS, 36 das 220 deliberações trataram de temas relacionados às mulheres (16%), enquanto na 2ª CNDRSS, 59 de 259 propostas versaram sobre o mesmo tema (23%).

Gráfico 1 – Porcentagem de proposições de mulheres nas CNDRSS



Fonte: Elaboração da autora.

A progressão do quantitativo das pautas femininas ampliou de aproximadamente um sexto para quase um quarto das propostas. No primeiro momento, é possível afirmar, mesmo sem uma análise aprofundada, que correu um aumento da presença de mulheres (de 42 para 48% do plenário), do mesmo modo que houve o aumento percentual de quantidades de propostas de interesse desse público. A distribuição por Eixos aponta comportamento diverso das proposições gerais, conforme demonstrado na tabela 4, comparada à tabela 2.

Tabela 4 – Propostas das mulheres nas CNDRSS nos relatórios finais, por Eixos

	Propostas 1ª CNDRSS		Propostas 2ª CNDRSS	
	N	%	N	%
Eixo 1	11	30,6%	16	27,1%
Eixo 2	5	13,9%	12	20,3%
Eixo 3	12	33,3%	23	39%
Eixo 4	8	22,2%	8	13,6%
Totais	36	100%	59	100%

Fonte: Elaboração da autora.

Outro aspecto que observaremos na seção é se as propostas de mulheres seguem a mesma lógica temática do total daquelas que se dedicam ao tema da produtividade. Por suas realidades, acreditamos que o protagonismo produtivo faz parte das prioridades das mulheres rurais, mas é evidente a necessidade de outras bandeiras para que se efetive a equidade de gênero.

Ao dividirmos as proposições pelas categorias e, depois, pela presença ou não de questões relacionadas às mulheres, percebemos que o aspecto produtivo continua em destaque. Porém, a flutuação quantitativa entre as diversas categorias é inferior ao padrão visto nas propostas gerais. Exemplo disso é a proporcionalidade próxima daquelas relacionadas à participação social e as classificadas como produtivistas. O mesmo vale para as proposições vinculadas à oferta de serviços e assistência social.

Tabela 5 – Propostas das mulheres nas CNDRSS nos relatórios finais, por categorias

Categorias	1ª CNDRSS	2ª CNDRSS
Agrária	5,5%	8,5%
Educação	5,5%	5%
Multidimensionalidade	0	1,7%
Oferta de serviços públicos e assistência social	19,4%	27,1%
Participação social, fortalecimento institucional e democracia participativa	25%	16,9%
Produtivistas e geração de renda	30,6%	32,2%
Soberania, biodiversidade e recursos naturais	8,3%	1,7%
Vários	5,5%	6,8%
Propostas totais (quantitativo)	36	59

Fonte: Elaboração da autora.

O rural como espaço comum de vivência de homens e mulheres impõe priorizações similares a ambos, porém, os dados sugerem a independência das pautas delas frente às gerais. Os quantitativos não apontam para uma mera repetição das questões vindas do todo da plenária. As proporcionalidades se comportam de forma diversa ao observarmos cada categoria e compararmos as tabelas 3 e 5.

3.3.2 Dos subtemas específicos das mulheres

Ao observarmos as subcategorias específicas relacionadas às mulheres, apresentadas no item da metodologia, percebemos alterações no quantitativo de temas. Para uma avaliação completa, é fundamental que as subcategorias sejam avaliadas junto das categorias principais, mas dados interessantes surgem ao desconsiderarmos essa vinculação e desmontam a tese da priorização das mulheres a aspectos produtivistas. Nos dois documentos, o maior número de propostas está classificado como “protagonismo e participação social”. Percebe-se que essa subcategoria é a mais recorrente entre as categorias gerais. Como possível explicação está a necessidade de que ampliação da participação, decisão e escolha das mulheres, mesmo em questões essencialmente produtivas.

Outra quebra de expectativa com itens tradicionalmente associados às pautas femininas, especialmente nos meios onde se prioriza a mulher aliada à questão materno infantil. Essas questões, passíveis de categorização em “saúde, direitos sexuais e reprodutivos” e na “licença-maternidade”, tiveram baixa representação nos dois momentos.

Ainda vale ressaltar que, entre as propostas contabilizadas como de mulheres, existem aquelas categorizadas como de incorporação de temas transversais. Sem sermos taxativos, em termos gerais, esses itens expressam mais a necessidade de dar visibilidade à diversidade do meio rural, ao mencionar, ao final das propostas, que a implementação da demanda precisa levar em consideração questões relacionadas ao gênero e à raça, por exemplo. Essas propostas não tratam de alterações diretas nos padrões de desigualdade vivenciados por essas atrizes. Nas duas Conferências, cinco propostas foram categorizadas dessa forma e, portanto, não tiveram grande representatividade na avaliação geral.

Tabela 6 – Quantitativo de propostas de mulheres relacionadas aos subtemas de gênero

1ª CNDRSS										
	Eixo 1		Eixo 2		Eixo 3		Eixo 4		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Propostas totais de mulheres	11	30,5%	5	13,9%	12	33,3%	8	22,2%	36	100
Autonomia econômica e de renda	5	45,4%	0	0	1	8,3%	1	12,5%	7	19,4%
Cidadania, educação e direitos sociais	0	0	0	0	4	33,3%	0	0	4	11,1%
Divisão sexual do trabalho	4	36,4%	0	0	1	8,3%	0	0	5	13,9%
Licença-maternidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Protagonismo social e participação	2	18,2%	5	45,5%	1	8,3%	3	37,5%	11	30,5%
Saúde, direitos sexuais e reprodutivos	0	0	0	0	1	8,3%	0	0	1	2,8%
Violência contra a mulher	0	0	0	0	3	25%	0	0	3	8,3%
Mistos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Temas transversais	0	0	0	0	1	8,3%	4	50%	5	13,9%

2ª CNDRSS										
	Eixo 1		Eixo 2		Eixo 3		Eixo 4		Totais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Propostas totais de mulheres	16	27,1%	12	20,3%	23	38,9%	8	13,6%	59	100
Autonomia econômica e de renda	5	31,3%	4	33,3%	2	8,7%	1	12,5%	12	20,3%
Cidadania, educação e direitos sociais	3	18,8%	0	0	4	17,4%	0	0	7	11,9%
Divisão sexual do trabalho	0	0	0	0	1	4,3%	0	0	1	1,7%
Licença-maternidade	0	0	0	0	1	4,3%	0	0	1	1,7%
Protagonismo social e participação	5	31,3%	8	66,7%	1	4,3%	4	50%	18	30,5%
Saúde, direitos sexuais e reprodutivos	0	0	0	0	2	8,7%	0	0	2	3,4%
Violência contra a mulher	0	0	0	0	8	34,8%	0	0	8	13,6%
Mistos	2	12,5%	0	0	1	4,3%	2	25%	5	8,5%
Temas transversais	1	6,3%	0	0	3	13%	1	12,5%	5	8,5%

Fonte: Elaboração da autora.

Na avaliação da tabela 6, vemos que a subcategoria relacionada ao protagonismo é uma das com maior transversalidade, apresentando-se em todos os Eixos. Ele tem a maior participação nas categorias gerais apontando, novamente, para a necessidade de visibilização das questões de gênero nas diversas esferas de debate do rural.

Percentualmente, existem poucas modificações entre as duas edições nos quantitativos de cada categoria. Apesar das suaves variações, cabe destaque da ampliação da visibilidade das pautas relacionadas à violência contra a mulher na 2ª CNDRSS, bem como a redução da divisão sexual do trabalho. A análise do conteúdo total das proposições sugere que os itens de divisão sexual do trabalho associaram-se com outras subcategorias. Percebe-se também uma maior pluralização de demandas, expressas pelas subcategorias, frente às categorias macro. Acreditamos que a questão se deve às novas abordagens e percepções de maior detalhamento das necessidades das mulheres frente a cada categoria: um olhar mais plural e transversal sobre os diversos temas.

4. CONCLUSÃO

O processo de redemocratização do país, marcado pelo fortalecimento das mobilizações da sociedade civil, foi impulsionado pela Constituição Federal de 1988 e estava ancorado em argumentos que apostavam na democratização como forma de inclusão das vozes daqueles historicamente excluídos, marginalizados ou em situação de vulnerabilidade (ALENCAR et al, 2012). Sem dúvidas, a democratização se mostrou positiva para a ampliação e o fortalecimento da participação feminina e de suas agendas nos espaços políticos. Apesar dos avanços, estudos apontam que esses espaços ainda são marcados por desigualdades de gênero (RIBEIRO, 2009; 2013). Isso ocorre porque gênero é uma referência pela qual o poder político é concebido e legitimado (SCOTT, 1995).

Diante do quadro traçado, este trabalho analisou o progresso e a efetividade dos instrumentos de inclusão das mulheres e suas pautas nas duas edições da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), que contaram com cotas de participação para mulheres e, na segunda edição, foram desenhadas estratégias de fortalecimento da agenda de gênero.

Para efetivar a análise, esta monografia organizou, no primeiro capítulo, uma breve revisão bibliográfica sobre as realidades das mulheres rurais, dando destaque para movimentos sociais e organizações que lutam pelos direitos delas e suas pautas. A revisão considerou que, no âmbito rural, a invisibilidade das mulheres é mais explícita e os desafios da inclusão e equidade são delicados, uma vez que desenvolvem as tarefas reprodutivas do espaço doméstico e do cuidado familiar (SANTANA, 2006). Esse cenário coloca o homem como o centro da tomada de decisões por partilhar e sociabilizar no espaço público, instituindo a desigualdade de poder entre o casal. A invisibilidade das atividades femininas se dá pela percepção de que o trabalho das mulheres é apenas residual, uma ajuda aos homens (BUTTO; DANTAS, 2011).

No segundo capítulo, foi realizada a pesquisa empírica sobre as duas edições da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, na qual foram destacadas informações sobre seu processo de realização e a interlocução de suas propostas finais junto às demandas de gênero. A pesquisa desenvolvida permitiu perceber o processo de ampliação de consciência do Condrasf relacionada às realidades diferenciadas das mulheres e os espaços de construção da política pública. O discurso de equidade foi aprimorado em torno da criação de instrumental que pudesse colaborar com a efetividade da fala feminina. Entre as duas Conferências, há o aprofundamento do instrumental metodológico na busca de ampliar e

qualificar a participação de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais. Desde as cotas até a opção por transversalizar o eixo relativo às mulheres rurais, o aprimoramento da mobilização e o quantitativo mínimo de propostas oferecem maior possibilidade de que esses segmentos acessem um espaço de visibilidade e vocalização.

A análise quantitativa das proposições mostrou a ampliação da porcentagem daquelas relacionadas às mulheres rurais e uma relativa permanência entre a porcentagem de seus temas. A principal demanda delas, nas duas Conferências, desassocia-se do enfoque no trabalho produtivo: elas pedem por maior protagonismo, reconhecimento e participação nos espaços públicos e de decisão.

O crescimento da pluralização das subcategorias entre as edições da CNDRSS parecem apontar novas percepções frente às políticas públicas representadas. Não basta o acesso à terra se não houver fortalecimento do protagonismo das mulheres nas decisões. Não basta a ATER se a organização produtiva não for enfocada. É interessante avançarmos para além do sugerido quantitativamente nesse trabalho para confirmarmos (ou não) essas sensações.

É interessante a avaliação posterior com olhar qualitativo, exigindo um aprofundamento maior que o possível neste trabalho. Uma trilha a ser seguida é ouvir os movimentos sociais rurais, em especial os de mulheres, sobre suas percepções do que entendemos como avanços e eventuais necessidades de modificação, subsidiando o trabalho de uma próxima Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e instrumentalizando outros processos participativos. A subjetividade das vivências pode apontar para ricos elementos que a análise documental não é capaz de captar. Cabe ouvi-las. Trazer suas percepções e, de alguma forma, mensurar se sentem avanços na forma “de fazer” as CNDRSS.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Joana; CRUXÊN, Isadora; FONSECA, Igor; PIRES, Roberto e RIBEIRO, Uriella. **Participação Social e Desigualdades nos Conselhos Nacionais**. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, nº 32, jan./abr. 2013, p. 112-146. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/artigo%20sociologias.pdf>

_____; LIMA, Paula Pompeu Fiúza; RIBEIRO, Uriella; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. **Ampliação da Participação na Gestão Pública - um estudo sobre Conferências Nacionais realizadas entre 2003 e 2011**. Brasília: Ipea, 2013.

_____; _____; LIMA, Paula Pompeu Fiúza; RIBEIRO, Uriella Coelho; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. Conferências Típicas e Atípicas: um esforço de caracterização do fenômeno político. In: AVRITZER, Leonardo e SOUZA, Clóvis Henrique Leite de (Org.). **Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2013.

ALMEIDA, Débora R. **Representação Política e Conferências: os desafios da inclusão da pluralidade**. Texto para discussão 1750. Brasília: Ipea, 2012.

AVRITZER, Leonardo. **Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil**. Texto para discussão. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: http://www.consocial.cgu.gov.br/uploads/biblioteca_arquivos/274/arquivo_f4176c9563.pdf.

_____. e SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para ampliar o cânone democrático**. Disponível em: www.eurozine.com - 170, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 3.508, de 14 de junho de 2000**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CNDRS, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condraf, e dá outras providências.

_____. Presidência da República. **Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro 2003**. Institui a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

BONNAL, Philippe e MALUF, Renato. **Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil**. In: DELGADO, Nelson Giordano (Coord.). Brasil Rural em Debate – coletânea de artigos. Brasília: Condraf/MDA, 2010.

BUTTO, Andrea. **Mulheres na Política de Desenvolvimento do Brasil Rural**. In: Brasil Rural em debate: coletânea de artigos. Coordenação de Nelson G. Delgado. Brasília: Condraf/MDA, 2010.

_____. e DANTAS, Isolda (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2011.

_____ ; DANTAS, Conceição; FARIA, Nalu, HORA, Karla; NOBRE, Miriam (Org.). **Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

CONTAG. **Pauta da Jornada das Margaridas 2013**. Disponível em: www.agroecologia.org.br/index.php/publicacoes/temas-prioritarios/mulheres-e-agroecologia/pauta-jornada-margaridas-2013/download.

_____. **Observatório das Margaridas**. Disponível em: http://www.transformatoriomargaridas.org.br/?page_id=5046.

DI SABBATO, Alberto. **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Alberto Di Sabbato; Hildete Pereira de Melo; Maria Rosa Lombardi; Nalu Faria. Organização de Andrea Butto. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 47-71, janeiro-abril/2004.

FETRAF-Brasil – **IX Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Brasília, 2013.

MATTEI, Lauro. **Institucionalidade de protagonismo político: os 10 anos do Condraf**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Degrações das reuniões ordinárias e extraordinárias**, realizadas entre 2003 e 2014.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Regimento Interno da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Aprovado na 29ª Reunião Ordinária do Condraf.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Manual de Orientações da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2007.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Documento-base da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2007.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2008.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR)**. Resolução Condraf nº 75, de 28 de abril de 2010.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Resolução Condraf nº 93, de 12 de março de 2013.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Resolução Condraf nº 93, de 12 de março de 2013.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Roteiro Orientador da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2013.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Manual de Orientações e Regimento Interno da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2013.

_____. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Documento de Referência da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz da. **Pesquisa inédita revela perfil da mulher extrativista na Amazônia**. 16 abril de 2012. Disponível em: <https://evergreenforests.wordpress.com/tag/cns/>. Acesso em: 16 jun. 2014.

PAULILO, Maria Ignez. **O peso do trabalho leve**. In: *Ciência Hoje*, vol. 5, nº 28. Rio de Janeiro: SBPC, 1987.

POGREBINSCHI, Thamy. **Conferências Nacionais e Políticas Públicas para Grupos Minoritários**. Texto para discussão 1.741, Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

Portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável: <http://www.mda.gov.br/sitemda/tags/condraf>.

Portal da Secretaria Geral da Presidência da República: www.secretariageral.gov.br/.

Portal da Secretaria de Políticas para as Mulheres: <http://www.spm.gov.br/>.

RIBEIRO, Uriella. **Participação, Inclusão e Gênero: um estudo sobre Conselhos Municipais de Saúde**. IV Jornada de Estudos de Gênero. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 5 e 6 de novembro de 2013.

_____. **Gênero e Democracia Participativa**. *Revista Observatório do Milênio de Belo Horizonte*, v. 2, p. 141 - 152, 2009.

SANTANA, Mônica Cristina Silva. **Muito Trabalho, Pouco Poder: participação feminina mitigada nos assentamentos rurais do estado de Sergipe**. In: GROSSI, Miriam Pillar e SCHWABE, Elisete (Org.). **Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre o gênero, família e sexualidade**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

Secretaria-Geral da Presidência da República. **Democracia Participativa – Nova relação do Estado com a sociedade**. Brasília, 2011.

SOUZA, Clóvis H. L. **A que vieram as Conferências Nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010**. Texto para discussão 1718. Brasília: Ipea, 2012.

ANEXO A - TEMAS DO ROTEIRO ORIENTADOR DA 2ª CNDRSS

Eixo 1: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO BRASIL RURAL E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

- Agroecologia: produção e transição agroecológica
- Sistemas agroflorestais e extrativistas
- Atividades não agrícolas: serviços, turismo rural, artesanato, outras
- Economia solidária
- Inclusão produtiva e autonomia das mulheres e jovens trabalhadoras/es rurais, povos e comunidades tradicionais
- Socialização do trabalho doméstico
- Formação profissional e contextualizada
- Meio ambiente: mudanças climáticas, uso racional do solo e da água
- Produção de base familiar: cadeias produtivas da sociobiodiversidade, agroindustrialização e comercialização da produção, assistência técnica e pesquisa, financiamento, associativismo e cooperativismo, abastecimento e política de preços
- Acesso à cultura, esporte e lazer

Eixo 2: REFORMA AGRÁRIA, DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À TERRA E AOS RECURSOS NATURAIS

- Democratização do acesso à terra
- Democratização do acesso aos recursos naturais
- Qualificação dos assentamentos existentes: sucessão rural, inserção nos assentamentos no PNAE e PAA, articulação dos assentamentos com as políticas e programas governamentais, infraestrutura básica de água, luz, estradas de acesso, habitação e acesso à informação
- Regularização fundiária
- Governança fundiária: conhecimento e gestão da malha fundiária, marco normativo e integração de órgãos federais, estaduais, judiciário, Ministério Público e cartórios
- Integração dos assentamentos rurais com as comunidades do entorno, com os núcleos urbanos e a dinâmica territorial
- Inserção das mulheres, jovens trabalhadoras/es rurais, povos e comunidades tradicionais na reforma agrária e no acesso aos recursos naturais

Eixo 3: ABORDAGEM TERRITORIAL COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA

- Gestão social: Colegiados Territoriais, Redes Estaduais e Nacional de Colegiados Territoriais, Planos Territoriais de Desenvolvimento e governança territorial
- Marco legal da política territorial
- Sistema de financiamento da política territorial: investimentos para o desenvolvimento territorial e custeio das unidades de gestão do desenvolvimento territorial
- Articulação de políticas públicas nos territórios
- Inserção das mulheres, jovens trabalhadoras/es rurais, povos e comunidades tradicionais no desenvolvimento territorial

Eixo 4: GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Participação social: relação Estado e sociedade
- Espaços de participação (colegiados, conselhos, fóruns etc.), gestão e controle social das políticas públicas de desenvolvimento
- Instrumentos de controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural
- Articulação das redes de conselhos de desenvolvimento rural (Condraf/ CEDRs/Codeter/CMDRs) com os demais Conselhos Nacionais de Políticas Públicas
- Inserção das mulheres, jovens trabalhadoras/es rurais, povos e comunidades tradicionais nos espaços de gestão e controle social das políticas públicas

ANEXO B – CATEGORIAS (E SUBCATEGORIAS)

O olhar para a classificação de cada proposição das duas Conferências foi orientado dentro desses itens, não exaustivos:

1. Produtivistas e geração de renda

- ATER
- Agroecologia
- Comercialização (desde agroindústria até estradas ou pontos de venda)
- Serviços de inspeção sanitária
- Cooperativismo e associativismo
- Outras atividades produtivas – pesca, extrativismo, pecuária
- Crédito, renegociação de dívidas ou incentivos fiscais
- Convívio com o semiárido
- Fortalecimento de órgãos, ações ou programas ligados ao tema
- Equipamentos e tecnologias
- Desenvolvimento territorial
- Rendas não agrícolas (artesanato, turismo e outros)

2. Agrária

- Reforma Agrária, acesso à terra, PNCF (incluindo critérios de acesso)
- Regularização fundiária
- Desintrusão de áreas (indígenas e quilombolas)
- Reconhecimento territorial
- Função social da terra
- Limite do tamanho de propriedade
- Terra para estrangeiros
- Zoneamento

3. Participação social, fortalecimento institucional e democracia participativa

- Estruturação de instâncias colegiadas (inclusive estruturação financeira, infraestrutura e RH)
- Interlocução do poder público
- Formação e capacitação para participação social
- Novas institucionalidades
- Transparência e controle social
- Gestão social
- Fortalecimento de órgãos ou institucionalidades
- Instrumentos para inserção de minorias ou grupos vulnerabilizados

4. Oferta de serviços públicos e assistência social

- Saúde
- Saneamento
- Habitação
- Energia elétrica
- Água
- Assistência social
- Previdência
- Licenças
- Programas como Bolsa Família

- Segurança pública
- Acesso à renda

5. Educação

- Educação do campo
- EFA
- Pronatec
- Ensino superior
- Ensino básico
- Qualificação profissional
- Incorporação de temas transversais

6. Soberania, biodiversidade e recursos naturais

- Biossegurança, transgênicos ou agrotóxicos
- Proteção do meio ambiente
- Segurança alimentar e nutricional
- Licenciamento ambiental
- Remuneração por preservação ambiental
- Recursos naturais – acesso, preservação e manejo
- Biodiversidade
- Reconhecimento de saberes tradicionais

7. Multidimensionalidade

- Esporte e lazer
- Cultura
- Inclusão digital
- Comunicação e informação

Pergunta:

A proposição relaciona-se às mulheres?

S/N

Subtemas para mulheres

- Saúde, direitos sexuais e reprodutivos
- Violência contra a mulher
- Divisão sexual do trabalho
- Licença à maternidade
- Autonomia econômica e de renda
- Protagonismo social e participação
- Incorporação de temas transversais – *somente para proposições que mencionam gênero mas não modificam estruturas de inserção das mulheres*